

# ESCOLARIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: LUTAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ALMEIRIM/PA

**RAIMUNDA DO SOCORRO FONSECA DA PAIXÃO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ -UFOPA  
rsfpaixao@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos a construção da escolarização no município de Almeirim/PA em seus desdobramentos históricos e sociais que culminaram na criação do Sistema Municipal de Ensino (SME), evidenciando como as lutas reivindicatórias de professores, sindicatos e comunitários foram determinantes para essa construção. Parte-se do entendimento de que a organização da educação local não se deu de forma linear, mas marcada por disputas, interesses empresariais, religiosos e mobilizações coletivas que contribuíram para a consolidação de políticas educacionais mais democráticas e consolidaram direitos no SME de um município da Amazônia paraense.

Destacamos como fator importante nesse processo, o contexto da abertura democrática de direitos, outorgada principalmente pela Constituição Federal - CF de 1988 e, posteriormente, pela LDB 9.304/96 e Parecer CNE/CEB 30/2000 – Conselho Nacional de Educação – que trata da definição dos sistemas de ensino. Esse período é compreendido como um marco significativo na redefinição das políticas públicas educacionais, sobretudo, pela intensificação da participação dos movimentos sociais na reivindicação por direitos e na construção de uma educação pública mais democrática e participativa (Saviani, 2008).

A pesquisa caracterizou-se como exploratória, documental, descritiva e analítica. O estudo ancorou-se na perspectiva de que os fenômenos históricos e sociais se dão por meio de processualidade concreta local, em relação com a totalidade histórica, nos moldes da dinâmica dialética entre singularidade, particularidade e universalidade (Lombardi, 2011). Os dados foram coletados através de entrevistas abertas e questionários semiestruturados e sua análise foi realizada à luz de referenciais teóricos que discutem a democratização da educação, a participação social e a organização dos



sistemas de ensino, permitindo uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado (Saviani, 2012).

### **A escolarização em Almeirim/PA e suas interfaces com a criação do Sistema Municipal de Ensino**

A escolarização no município de Almeirim, no estado do Pará, assim como àquela destinada as populações da Amazônia refletiu os interesses econômicos, políticos e religiosos interpostos pelo sistema de inserção capitalista na região Amazônica (Colares, 2011). No caso de Almeirim, teve início na década de 1920 com o regime coronelista na região do Baixo Amazonas, região Oeste do estado. Após um vácuo temporal, a escolarização retomou em 1960, a princípio em atendimento aos objetivos da igreja católica e posteriormente aos interesses empresariais por mão de obra qualificada (Paixão; Rodrigues, 2025).

Tais períodos foram marcados pela oferta educacional apenas para uma pequena parcela da população, com fins de atendimento aos interesses individuais e privados. No coronelismo a educação serviu para manutenção do sistema de servidão estabelecida pelo Coronel José Júlio, enquanto, na fase religiosa, visava a instrumentalização catequética com vistas à ampliação da fé cristã na região. Posteriormente, com a chegada da Empresa Jari (1967), serviu para qualificar a mão de obra local e garantir a permanência das famílias na manutenção do projeto no interior da Amazônia (Lins, 2001).

O final da ditadura empresarial-militar (1964-1986), que resultou na promulgação da CF de 1988, criou as condições legais para uma mudança mais significativa dentro dos princípios da formação humana. Essa legalidade e o contexto social e político local foram cruciais na implementação do SME próprio, o que possibilitou maior abertura para a participação e decisões democráticas no processo educacional, evidenciando a importância da classe educadora no processo de criação do SME e nos rumos pretendidos à educação local.

O processo de expansão educacional vivido em Almeirim, esteve concomitantemente interrelacionado ao contexto da implementação de uma gestão gerencialista adotada pelo governo federal na década de 90 e, posteriormente, pelo governo estadual, por meio de políticas de financiamento da educação, no caso



específico, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização da Educação Básica - FUNDEF (Pereira, 2010), que produziu sucessiva descentralização da educação por meio da política de municipalização, atingindo cerca de 67,1% dos municípios paraenses. Isso ocasionou transferência de responsabilidades do Estado para as Prefeituras na oferta e manutenção do ensino fundamental nos municípios paraenses (Gutierrez, 2005).

Esse fenômeno levou, conseqüentemente, ao aumento no número de alunos na rede de ensino no país e, obviamente, em Almeirim, não foi diferente. Substancialmente e alinhado aos interesses do governo estadual para tirar de sua responsabilidade a manutenção do ensino e viabilizar cortes nos investimentos com a educação, cresceu a pulverização das escolas, a ampliação de velhos problemas de estrutura físicas, deficiência na formação de professores, demora na implantação da gestão democrática e o principal deles: números consideráveis de escolas sem atos autorizativos, o que levou a população a exigir uma resolução imediata.

As conquistas que o município estava experimentando, concernentes à ampliação no número de escolas construídas, o acesso das populações rurais à educação, implantação do ensino fundamental completo e a preocupação com a qualificação docente, por meio de abertura de turmas de magistério regular, foram seriamente impactadas negativamente pela municipalização.

Esse processo unilateral trouxe à tona a história elitista dos projetos educacionais envoltos em interesses religiosos, mercantis e privados. Por outro lado, desnudou, mais uma vez, que o interesse popular havia sido relegado ao acaso, sem qualquer preocupação por parte de seus governantes para um atendimento que permitisse uma formação humana integral, com fins de desenvolvimento social para a população.

### **A luta social pelo direito à educação**

A construção de um sistema municipal próprio de educação, como uma luta por um ensino mais emancipador e com maior espaço participativo, só se consolidou no final do século XX, influenciada pelos movimentos democráticos advindos das reformas educacionais e, em Almeirim, houve a contribuição na criação de políticas públicas de formação de professores em nível superior e, assim, melhor preparo para a abertura de espaço de participação social que se efetivou com a implantação do Sistema Municipal



de Ensino de Almeirim (SME-ALM), Lei Municipal nº 1.066/2010, no início do século XXI, que se construiu dentro dos princípios da gestão democrática e de processos de autonomia nunca antes registrados no município.

Contudo, não foi uma concessão. Foi forjado por um movimento de inconformismo no que concerne à luta por maior espaço de participação e na busca por romper os laços que construíram a educação em Almeirim. A Secretaria de Educação, a classe de educadores e a sociedade civil empreenderam discussões e implementações de diversas ações coordenadas por meio de conferências, realizações de simpósios, fóruns, comissões, fortalecimento do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, processo de eleição para diretores, discussões para a construção dos planos de cargos e salários para o magistério e documentos norteadores que fortaleceram a implementação do SME.

Os resultados apontam que a criação do SME em Almeirim está intrinsecamente vinculada a esse processo histórico de mobilização social em prol da democratização da educação. Tal processo representou uma ruptura com modelos anteriores, nos quais a educação era orientada predominantemente pelos interesses das elites locais, voltados ao atendimento de demandas econômicas e religiosas. Com o avanço das lutas sociais, observa-se a emergência de uma proposta de educação com caráter mais emancipador, na qual a sociedade organizada passou a exercer papel ativo na definição das políticas educacionais.

Conclui-se, portanto, que a institucionalização do Sistema Municipal de Ensino em Almeirim resultou dos anseios coletivos por descentralização, participação e equidade no acesso à educação e formação humana mais emancipadora. Esse sistema passou a ocupar um lugar estratégico nos debates sobre a qualidade do ensino, especialmente no contexto amazônico, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

COLARES, A. A. História da educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições. *In: Revista HISTEDBR On-line*, Campinas/SP, p. 187-202, out. 2011.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. **A política de municipalização do ensino fundamental no Estado do Pará na década de 1990 e suas relações com a reforma do Estado**. Belém: UFPA, 2005.



LINS, Cristóvão. **Jarí**: setenta anos de história. 3 ed. Rio de Janeiro/RJ: Dataforma, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei. Algumas questões sobre educação e ensino em Marx e Engels. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 347-366, abr2011 - ISSN: 1676-2584.

PAIXÃO, R.S.F; RODRIGUES, G.C.L. Educação no Baixo Amazonas: o coronelismo e os religiosos na escolarização no município de Almeirim/PA. **Revista ARACÊ**, São José dos Pinhais, v.7, n.6, p. 33117-33129, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5999>.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle; **Lua Nova: Revista de cultura e Política**. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

